

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Crédito Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

**1. Política Operacional**

Em 2019, o Sicoob Sul completou 30 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

**2. Nosso Desempenho**

**2.1) Resultado**

	Em Milhares R\$			%
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	Varição	
Demonstração do Resultado do Período				
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	77.608	69.402	11,82	
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.633	14.706	149,10	
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.580	8.430	(33,81)	
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	32.549	22.444	45,02	
Receitas com Ato Não Cooperativo	8.163	4.178	95,38	
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	64.448	52.186	23,50	
Despesas Tributárias	1.683	1.138	47,89	
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	7.510	7.543	(0,44)	
Ingressos de Depósitos Interooperativos	34.535	33.129	4,24	
Juros ao Capital	9.630	9.005	6,94	
Sobras bruta do exercício	47.234	62.162	(24,01)	

Contribuíram para compor os resultados do exercício de 2019:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas: aumento de 45,02%, o resultado da intermediação financeira aumentou 11,82% e a receitas com ato não cooperativo aumentou 95,38% em relação ao mesmo período de 2018.

As receitas com Ingressos de Depósitos Interooperativos, que é remuneração que a Cooperativa recebem pela administração financeira do Sicoob Central ES cresceu 4,24% se comparada com o mesmo período de 2018.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 50,50%, 7,50% maior comparado com o exercício de 2018.

**2.2) Dados Patrimoniais**

	Em Milhares R\$			%
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	Varição	
Balanco Patrimonial				
Ativos Totais	1.312.587	1.180.346	11,20	
Centralização Financeira	559.939	586.221	(4,48)	
Carteira de Crédito	667.269	550.751	21,16	
Depósitos	792.923	708.369	11,94	
Patrimônio Líquido	337.869	300.523	12,43	
Patrimônio de Referência (PR)	317.616	282.382	12,48	

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2019:

O total de ativos atingiu R\$ 1.312.587 mil ao exercício de 2019, com crescimento de 11,20% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 667.269 mil, com crescimento de 21,16% em relação a 31 de dezembro de 2018.

Os depósitos obtiveram um aumento de 11,94% considerando o mesmo período de 2018, atingindo no final do exercício de 2019 o montante de R\$ 792.923 mil.

O patrimônio líquido cresceu 12,43% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 337.869 mil.

**2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ**

Carteira de Crédito	31/12/2019			31/12/2018			Em Milhares R\$	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	81.364	13.330	94.694	83.690	14.731	98.421	(3.727)	(3,79)
Crédito Comercial	89.083	455.010	544.093	73.385	354.674	428.059	116.034	27,11
Conta Corrente	8.230	20.252	28.482	6.415	17.856	24.271	4.211	17,35
Total	178.677	488.592	667.269	163.490	387.261	550.751	116.518	21,16

**3) Pessoas**

Contávamos com 304 colaboradores no final de dezembro de 2019. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 23.775 mil.

**4) Política de Crédito**

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em dezembro de 2019, houve uma concentração de 89,85% nos níveis de risco "AA" a "C".

**5) Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e a Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

**6) Conselho Fiscal**

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

**7) Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

**8) Sistema de Ouvidoria**

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2019, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 85 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 42 foram classificadas procedentes e com exceção de 2 demanda, todas as demais resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

**9) Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 20 de janeiro de 2020.

**Conselho de Administração e Diretoria Executiva.**

**BALANÇO PATRIMONIAL** (EM 31/12/2019 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		<b>964.902</b>	<b>909.398</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>23.729</b>	<b>7.275</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>12.397</b>	<b>600</b>
Aplicações em Depósito Interfinanceiros		12.397	600
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.2</b>	<b>1.284</b>	<b>10</b>
Carteira Própria		1.284	10
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>6</b>	<b>559.939</b>	<b>586.221</b>
Centralização Financeira - Cooperativas		559.939	586.221
<b>Operações de Crédito</b>	<b>7</b>	<b>355.804</b>	<b>302.162</b>
Empréstimos e Títulos Descontados		317.109	252.792
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		57.815	62.893
(-) Provisão para Operações de Crédito	7.(e)	(19.120)	(13.523)
<b>Outros Créditos</b>	<b>8</b>	<b>6.804</b>	<b>7.057</b>
Créditos por Avais e Fianças Honorados	8.(l)	2.089	1.306
Rendas a Receber		3.219	3.870
Diversos		3.026	2.873
(-)Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	8.(b)	(1.530)	(992)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>4.945</b>	<b>6.073</b>
Outros Valores e Bens		6.813	6.060
(-)Provisões para Desvalorizações		(2.429)	(925)
Despesas Antecipadas		561	938
<b>Não Circulante</b>		<b>347.685</b>	<b>270.948</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>299.391</b>	<b>234.541</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>19.785</b>	-
Aplicações em Depósito Interfinanceiros		19.785	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.2</b>	<b>1.535</b>	<b>6.443</b>
Carteira Própria		1.535	6.443
<b>Operações de Crédito</b>	<b>7</b>	<b>275.549</b>	<b>225.659</b>
Empréstimos e Títulos Descontados		255.466	199.538
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		36.879	35.528
(-) Provisão para Operações de Crédito	7.(e)	(16.796)	(9.407)
<b>Outros Créditos</b>		<b>2.522</b>	<b>2.439</b>
Diversos	32	2.522	2.439
<b>Permanente</b>		<b>48.294</b>	<b>36.407</b>
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>36.881</b>	<b>26.797</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		27.091	18.267
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		9.790	8.530
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>11.316</b>	<b>9.499</b>
Imóveis de Uso		379	379
Outras Imobilizações de Uso		20.604	16.688
(-) Depreciações Acumuladas		(9.667)	(7.568)
<b>Intangível</b>	<b>11.1</b>	<b>97</b>	<b>111</b>
Ativos Intangíveis		759	697
(-) Amortização Acumulada		(662)	(586)
<b>TOTAL</b>		<b>1.312.587</b>	<b>1.180.346</b>

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		<b>917.281</b>	<b>812.332</b>
<b>Depósitos</b>	<b>12</b>	<b>792.923</b>	<b>708.369</b>
Depósito à Vista		231.155	167.099
Depósito Sob Aviso		27.863	26.724
Depósito a Prazo		533.905	514.546
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>12.1</b>	<b>13.558</b>	<b>6.451</b>
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		13.558	6.451
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>57.071</b>	<b>53.777</b>
Correspondentes		25	5
Repasses interfinanceiros	13	57.046	53.772
<b>Relações Interdependências</b>	<b>14</b>	<b>7.110</b>	<b>9.252</b>
Recursos em Transito de Terceiros		7.110	9.252
<b>Obrigações Por Empréstimos e Repasses</b>	<b>13.1</b>	<b>18.090</b>	<b>7.560</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições		18.090	7.560
<b>Outras Obrigações</b>		<b>28.529</b>	<b>26.923</b>
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.1	474	229
Sociais e Estatutárias	15.2	14.930	15.984
Fiscais e Previdenciárias	15.3	1.385	1.189
Diversas	15.4	11.740	9.521
<b>Não Circulante</b>		<b>57.437</b>	<b>67.491</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>12.1</b>	<b>18.096</b>	<b>20.587</b>
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		18.096	20.587
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>13</b>	<b>36.344</b>	<b>44.069</b>
Repasses Interfinanceiros		36.344	44.069
<b>Outras Obrigações</b>	<b>32</b>	<b>2.997</b>	<b>2.835</b>
Diversas		2.997	2.835
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>337.869</b>	<b>300.523</b>
<b>Capital Social</b>	<b>17.(a)</b>	<b>172.126</b>	<b>149.779</b>
De Domiciliados no País		173.135	150.582
(-) Capital a Realizar		(1.009)	(803)
<b>Reserva de Sobras</b>	<b>17.(b)(c)</b>	<b>150.858</b>	<b>130.168</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>	<b>17.(e)</b>	<b>14.885</b>	<b>20.576</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.312.587</b>	<b>1.180.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS** (EM 31/12/2019 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

	Nota	2º S 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>		<b>60.846</b>	<b>119.271</b>	<b>109.534</b>
Operações de Crédito	7.(h)	60.322	118.526	108.980
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	424	488	-
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.3	100	257	554
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>		<b>(38.245)</b>	<b>(78.296)</b>	<b>(54.838)</b>
Operações de Captação no Mercado	12.(b)	(16.812)	(34.289)	(32.470)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.2	(3.747)	(7.374)	(7.662)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	7.(l)	(17.686)	(36.633)	(14.706)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>22.601</b>	<b>40.975</b>	<b>54.696</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais</b>		<b>4.405</b>	<b>9.891</b>	<b>9.670</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	20	9.035	16.363	11.278
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	8.992	16.186	11.166
Dispêndios/Despesas de Pessoal	22	(12.518)	(23.775)	(20.681)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	23	(17.705)	(33.847)	(26.540)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(938)	(1.683)	(1.138)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6.1	16.880	34.535	33.129
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	24	5.295	8.938	7.421
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	25	(4.636)	(6.826)	(4.965)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>27.006</b>	<b>50.866</b>	<b>64.366</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>26</b>	<b>(204)</b>	<b>(1.428)</b>	<b>122</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>26.802</b>	<b>49.438</b>	<b>64.488</b>
Participações nos Resultados de Empregados		(1.086)	(2.204)	(2.326)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>25.716</b>	<b>47.234</b>	<b>62.162</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>			<b>(22.719)</b>	<b>(32.581)</b>
F.A.T.E.S.			(2.029)	(3.036)
Reserva Legal			(20.596)	(29.017)
Fundo de Investimento Social - FIS			(374)	(528)
Utilização FIS			280	-
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>			<b>24.515</b>	<b>29.581</b>
Juros ao Capital	19		(	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM 31/12/2019 E DE 2018   EM MILHARES DE R\$)						
Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Subscrito	Realizar	Legal	Estatutárias		
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>132.882</b>	<b>(652)</b>	<b>99.126</b>	<b>1.497</b>	<b>14.927</b>	<b>247.780</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
- Ao Capital	14.748				(14.748)	-
- Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(179)	(179)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	7.508	(151)				7.357
Por Devolução (-)	(11.296)					(11.296)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(221)					(221)
<b>Sobras ou Perdas Bruta</b>					<b>62.162</b>	<b>62.162</b>
Provisão de Juros ao Capital					(9.005)	(9.005)
Subscrição do Juros ao Capital	9.005					9.005
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(1.719)					(1.719)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(125)					(125)
IRRF sobre Juros ao Capital	(200)					(200)
Fates Atos Não Cooperativos					(398)	(398)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
- Fundo de Reserva			29.017		(29.017)	-
- Fundo de Investimento Social				528	(528)	-
- F A T E S					(2.638)	(2.638)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>150.582</b>	<b>(803)</b>	<b>128.143</b>	<b>2.025</b>	<b>20.576</b>	<b>300.523</b>
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>150.582</b>	<b>(803)</b>	<b>128.143</b>	<b>2.025</b>	<b>20.576</b>	<b>300.523</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
- Ao Capital	20.441				(20.441)	-
- Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(135)	(135)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	7.160	(206)				6.954
Por Devolução (-)	(12.469)					(12.469)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(22)					(22)
<b>Sobras ou Perdas Bruta</b>					<b>47.234</b>	<b>47.234</b>
Provisão de Juros ao Capital					(9.630)	(9.630)
Subscrição do Juros ao Capital	9.630					9.630
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(1.834)					(1.834)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(154)					(154)
IRRF sobre Juros ao Capital	(199)					(199)
Fates Atos Não Cooperativos					(156)	(156)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
- Fundo de Reserva			20.596		(20.596)	-
- Fundo de Investimento Social				374	(374)	-
- F A T E S					(1.873)	(1.873)
- (-) Utilização Fundo de Investimento Social				(280)	280	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>173.135</b>	<b>(1.009)</b>	<b>148.739</b>	<b>2.119</b>	<b>14.885</b>	<b>337.869</b>
<b>Saldos em 30/06/2019</b>	<b>168.352</b>	<b>(932)</b>	<b>128.143</b>	<b>2.025</b>	<b>16.688</b>	<b>314.276</b>
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	4.176	(77)				4.099
Por Devolução (-)	(6.822)					(6.822)
Estorno de Capital	(14)					(14)
<b>Sobras ou Perdas Bruta</b>					<b>25.716</b>	<b>25.716</b>
Provisão de Juros ao Capital					(4.800)	(4.800)
Subscrição do Juros ao Capital	9.630					9.630
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(1.834)					(1.834)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(154)					(154)
IRRF sobre Juros ao Capital	(199)					(199)
Fates Atos Não Cooperativos					(156)	(156)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
- Fundo de Reserva			20.596		(20.596)	-
- Fundo de Investimento Social				374	(374)	-
- F A T E S					(1.873)	(1.873)
- (-) Utilização Fundo de Investimento Social				(280)	280	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>173.135</b>	<b>(1.009)</b>	<b>148.739</b>	<b>2.119</b>	<b>14.885</b>	<b>337.869</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM 31/12/2019 E DE 2018   EM MILHARES DE R\$)			
DESCRIÇÃO	2º S 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações</b>	<b>26.802</b>	<b>49.438</b>	<b>64.488</b>
Participações nos Resultados de Empregados	(1.086)	(2.204)	(2.326)
Depreciações e Amortizações	1.184	2.266	1.719
Provisão para perda com operações de crédito	17.686	36.633	14.706
Provisão de Juros ao Capital	(4.800)	(9.630)	(9.005)
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(1.238)	(942)
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	(137)	(137)	(97)
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	-	8
	<b>39.649</b>	<b>75.128</b>	<b>68.551</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(26.255)	(31.581)	(600)
Títulos e Valores Mobiliários	1.265	3.634	5.314
Relações Interfinanceiras	78	-	-
Operações de Crédito	(103.295)	(140.167)	(110.920)
Outros Créditos	672	171	(2.015)
Outros Valores e Bens	942	1.128	(1.058)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos à Vista	51.309	64.057	42.300
Depósitos sob Aviso	375	1.140	568
Depósitos a Prazo	12.446	19.358	88.712
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	1.521	4.616	17.275
Outras Obrigações	(1.272)	1.767	3.453
Relações Interfinanceiras	(3.649)	(4.431)	4.001
Obrigações por Empréstimos e Repasses	567	10.530	-
Relações Interdependências	7.011	(2.142)	(4.258)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>	<b>(18.636)</b>	<b>3.208</b>	<b>111.323</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Recebimento Dividendos	-	1.238	942
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	137	137	97
Aplicação no Intangível	(19)	(62)	(72)
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.736)	(4.007)	(3.879)
Inversões em Investimentos	(1.074)	(10.084)	(3.902)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(2.692)</b>	<b>(12.778)</b>	<b>(6.814)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	4.099	6.954	7.357
Devolução de Capital à Cooperados	(6.822)	(12.469)	(11.296)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(14)	(22)	(221)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(135)	(179)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(156)	(156)	(398)
FATES Sobras Exercício	(1.873)	(1.873)	(2.638)
Juros ao Capital a Pagar Ex-associados	(154)	(154)	(125)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.834)	(1.834)	(1.719)
Subscrição do Juros ao Capital	9.630	9.630	9.005
IRRF sobre Juros ao Capital	(199)	(199)	(200)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>2.677</b>	<b>(258)</b>	<b>(414)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(18.651)</b>	<b>(9.828)</b>	<b>104.095</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	602.319	593.496	489.401
No Fim do Período - nota 4	583.668	583.668	593.496
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(18.651)</b>	<b>(9.828)</b>	<b>104.095</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2019 E DE 2018   EM MILHARES DE R\$)	
<b>1. Contexto Operacional</b>	
A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/09/1989, filiada à COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.	
O SICOOB SUL possui 32 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CASTELO - ES, VARGEM ALTA - ES, ALEGRE - ES, SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, RIO NOVO DO SUL - ES, BOM JESUS DO NORTE - ES, GUAÇUÍ - ES, MARATAIZES - ES, PRESIDENTE KENNEDY - ES, MIMOSO DO SUL - ES, ITAPERUNA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, MACAÉ - RJ, RIO DAS OSTRAS - RJ, JERÔNIMO MONTEIRO - ES, ITAOCARA - RJ, CABO FRIO - RJ, SÃO PEDRO DE ALDEIA - RJ, MARICÁ - RJ E SAQUAREMA - RJ.	
O SICOOB SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:	
(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;	
(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e	
(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.	
<b>1.1 Classificação de Risco Fitch Rating</b>	
A Fitch Ratings avaliou em 2019 pela primeira vez a classificação de risco da Cooperativa, atribuindo no curto prazo a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Este rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.	
No longo prazo a classificação obtida foi A+(bra), que denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Este rating representa uma qualidade de crédito alta de longo prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.	
Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.	
<b>2. Apresentação das demonstrações contábeis</b>	
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20/01/2020.	
Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.	
Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.	
<b>3. Resumo das principais práticas contábeis</b>	
<b>a) Apuração do resultado</b>	
Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.	
As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.	
Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.	
<b>b) Estimativas contábeis</b>	
Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.	
<b>c) Caixa e equivalentes de caixa</b>	
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.	
<b>d) Operações de crédito</b>	
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.	
<b>e) Provisão para operações de crédito</b>	
Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.	
As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).	
<b>f) Depósitos em garantia</b>	
Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.	
<b>g) Investimentos</b>	
Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.	
<b>h) Imobilizado</b>	
Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.	
<b>i) Intangível</b>	
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.	
<b>j) Ativos contingentes</b>	
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.	
<b>k) Obrigações por empréstimos e repasses</b>	
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.	
<b>l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>	
Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.	
<b>m) Demais ativos e passivos</b>	
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.	
<b>n) Provisões</b>	
São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.	
<b>o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes</b>	
São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.	
<b>p) Obrigações legais</b>	
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.	
<b>q) Imposto de renda e contribuição social</b>	
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.	
<b>r) Segregação em circulante e não circulante</b>	
Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).	
<b>s) Valor recuperável de ativos – impairment</b>	
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.	

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2019 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de Dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	23.729	7.275
Relações interfinanceiras - centralização financeira	559.939	586.221
TOTAL	583.668	593.496

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Curto Prazo	12.397	600
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Longo Prazo	19.785	-
TOTAL	32.182	600

a) Aplicação de garantia junto ao Bancoob para concessão de financiamentos a cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2019 no montante de R\$ 488 mil com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez".

5.2 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Título De Renda Fixa – Curto Prazo	1.284	10
Título De Renda Fixa – Longo Prazo	1.535	6.443
TOTAL	2.819	6.453

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.3 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	257	554
Total	257	554

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	559.939	586.221
TOTAL	559.939	586.221

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2019 no montante de R\$ 34.535 mil (31/12/2018 – R\$ 33.129 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.337	-	1.337	1.207
Empréstimos	232.733	193.328	426.061	361.465
Títulos Descontados	54.142	-	54.142	50.785
Financiamentos	28.897	62.138	91.035	38.873
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	57.815	36.879	94.694	98.421
Total das Operações Crédito	374.924	292.345	667.269	550.751
(-) Provisões para Operações de Crédito	(19.120)	(16.796)	(35.916)	(22.930)
TOTAL	355.804	275.549	631.353	527.821

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emp. / Títulos	A.D / Cheque Esp/ Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	44.890	-	23.059	1.894	69.843	-	42.494	-
A 0,5% Normal	121.913	8.354	21.559	51.021	202.847	(1.014)	215.867	(1.079)
B 1% Normal	145.612	4.298	22.419	23.322	195.651	(1.957)	191.392	(1.914)
B 1% Vencidas	2.192	81	85	-	2.358	(24)	1.017	(10)
C 3% Normal	84.449	6.907	19.186	12.930	123.472	(3.704)	49.227	(1.477)
C 3% Vencidas	4.453	375	493	27	5.348	(160)	2.547	(76)
D 10% Normal	14.163	3.429	2.504	3.021	23.117	(2.312)	13.344	(1.334)
D 10% Vencidas	2.606	633	383	129	3.751	(375)	2.513	(251)
E 30% Normal	3.720	995	417	707	5.839	(1.752)	4.296	(1.289)
E 30% Vencidas	6.658	390	247	368	7.663	(2.299)	13.689	(4.107)
F 50% Normal	3.842	384	169	506	4.901	(2.451)	1.828	(914)
F 50% Vencidas	3.149	287	60	9	3.505	(1.753)	3.032	(1.516)
G 70% Normal	272	143	18	69	502	(351)	547	(383)
G 70% Vencidas	1.453	407	230	269	2.359	(1.651)	1.261	(883)
H 100% Normal	8.579	338	41	175	9.133	(9.133)	2.924	(2.924)
H 100% Vencidas	5.107	1.461	165	247	6.980	(6.980)	4.773	(4.773)
Total Normal	427.440	24.848	89.372	93.645	635.305	(22.674)	521.919	(11.314)
Total Vencidas	25.618	3.634	1.663	1.049	31.964	(13.242)	28.832	(11.616)
Total Geral	453.058	28.482	91.035	94.694	667.269	(35.916)	550.751	(22.930)
Provisões	(27.935)	(3.644)	(1.906)	(2.431)	(35.916)		(22.930)	
Total Líquido	425.123	24.838	89.129	92.263	631.353		527.821	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	1.337	-	-	1.337
Cheque Especial / Conta Garantida	27.145	-	-	27.145
Empréstimos	63.215	142.373	193.328	398.916
Títulos Descontados	48.878	5.264	-	54.142
Financiamentos	6.867	22.030	62.138	91.035
Financiamentos Rurais	6.238	51.577	36.879	94.694
TOTAL	153.680	221.244	292.345	667.269

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	6.846	151.731	20.446	1.613	180.636	27,07%
Setor Privado - Indústria	1.340	19.676	3.090	-	24.106	3,61%
Setor Privado - Serviços	12.007	213.897	40.275	1.535	267.714	40,12%
Pessoa Física	8.230	61.907	27.176	81.364	178.677	26,78%
Outros	59	5.847	48	10.182	16.136	2,42%
TOTAL	28.482	453.058	91.035	94.694	667.269	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	22.930	28.979
Constituições	36.096	14.752
Transferência para prejuízo	(23.110)	(20.801)
TOTAL	35.916	22.930

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total

Descrição	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Maior Devedor	18.567	2%	10.347	2%
10 Maiores Devedores	104.105	14%	80.518	15%
50 Maiores Devedores	215.073	28%	190.796	35%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	83.920	71.925
Valor das operações transferidas no período	23.110	20.801
Valor das operações recuperadas no período	(5.580)	(8.430)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(211)	(376)
TOTAL	101.239	83.920

h) Rendas com Operações de Crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.979	2.028
Rendas de Empréstimos	81.394	70.525
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	13.610	14.267
Rendas de Financiamentos	9.090	6.289
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.568	325
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.672	2.678
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.443	2.863
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	320	140
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	870	1.435
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.580	8.430
TOTAL	118.526	108.980

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantia, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(49.579)	(14.892)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	14.838	1.449
Provisões para outros créditos liquidação duvidosa	(2.203)	(1.288)
Reversão de provisões para outros créditos liquidação duvidosa	311	25
TOTAL	(36.633)	(14.706)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honorados (I)	2.089	1.306
Rendas a Receber	3.219	3.870
Rendas Serviços arrecadação de convênios	735	510
Rendas da Centralização da Administração Financeira	2.184	2.875
Outras Rendas a Receber	300	485
Diversos	5.548	5.312
Adiantamento e Antecipações salariais	65	147
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta	43	-
Adiantamento por conta de Imobilizações	-	16
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	2.522	2.439
Impostos e Contribuições a Compensar	846	603
Pagamentos a Ressarcir	1.173	1.380
Títulos e Crédito a Receber	805	551
Devedores Diversos - País	94	176
(-) Provisões para Outros Créditos (I)(b)	(1.530)	(992)
TOTAL	9.326	9.496

(I) Nível de risco Avais e Fianças Honorados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honorados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30% Normal	160	160	(48)	133	(40)
E 30% Vencidas	386	386	(116)	167	(50)
F 50% Normal	28	28	(14)	11	(6)
F 50% Vencidas	171	171	(85)	96	(47)
G 70% Normal	36	36	(25)	13	(9)
G 70% Vencidas	220	220	(154)	155	(109)
H 100% Normal	20	20	(20)	14	(14)
H 100% Vencidas	1.068	1.068	(1.068)	717	(717)
Total Normal	244	244	(107)	171	(69)
Total Vencidas	1.845	1.845	(1.423)	1.135	(923)
Total Geral	2.089	2.089	(1.530)	1.306	(992)
Provisões	(1.530)	(1.530)		(992)	
Total Líquido	559	559		314	

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 386 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.806 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 223 mil) e Outros (R\$ 107 mil). Classificados no Ativo Não Circulante e melhor detalhado na Nota 32.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	6.796	6.051
Material em Estoque (I)	17	9
(Provisões para Desvalorizações) (II)	(2.429)	(925)
Despesas Antecipadas (III)	561	938
Contrib. Ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	874
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	504	-
Outras Despesas Antecipadas (b)	57	64
TOTAL	4.945	6.073

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos em dação em pagamento de dívidas, consolidação e adjudicação, não estando sujeitos a depreciação ou correção e material em estoque para uso administrativo;

(II). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

- Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2019 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

Sistema de Processamento de Dados	4.080	3.352	10%
Sistema de Segurança	1.392	1.105	10%
Sistema de Transporte	219	219	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(3.345)	(2.816)	
TOTAL	11.316	9.499	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

A despesa com depreciação acumulada em 2019 foi de R\$ 2.190 mil (Em 2018 – R\$ 1.637mil).

**11.1 Intangíveis**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	759	697	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(662)	(586)	
TOTAL	97	111	

A despesa com amortização em 2019 foi de R\$ 76 mil (Em 2018 – R\$ 82 mil).

**12. Depósitos**

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	231.155	167.099
Depósito Sob Aviso	27.863	26.724
Depósito a Prazo – Circulante	533.905	514.546
TOTAL	792.923	708.369

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	47.411	6%	56.500	8%
10 Maiores Depositantes	127.232	16%	141.587	20%
50 Maiores Depositantes	242.426	30%	237.760	34%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.594)	(1.651)
Despesas de Depósitos a Prazo	(30.013)	(28.691)
Despesas de Depósitos Judiciais	-	(1)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.532)	(1.146)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.150)	(981)
TOTAL	(34.289)	(32.470)

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

**12.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.**

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Circulante	13.558	6.451
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Não Circulante	18.096	20.587
TOTAL	31.654	27.038

**13. Relações Interfinanceiras**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

	31/12/2019			31/12/2018		
Descrição	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	7.244	951	8.195	10.642	1.871	12.513
Recursos do Bancob	49.802	35.393	85.195	43.130	42.198	85.328
Total	57.046	36.344	93.390	53.772	44.069	97.841

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

**13.1 Obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	18.090	-	7.560
TOTAL	18.090	-	7.560

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

**13.2 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses**

As despesas dessas transações resultaram em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(763)	(472)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(832)	(1.427)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Bancob	(5.779)	(5.763)
TOTAL	(7.374)	(7.662)

**14. Relações Interdependências**

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança em Trânsito de Terceiros (a)	28	-
Ordens de Pagamento (b)	7.039	9.246
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	43	6
TOTAL	7.110	9.252

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados

**15. Outras Obrigações**

**15.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Iof	473	227
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1	2
TOTAL	474	229

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados

**15.2 Sociais e Estatutárias**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Participações nos Lucros (a)	1.643	1.510
Resultado de Atos com Associados (b)	10.094	11.052
Resultado de Atos com Não Associados (b)	157	398
Cotas de Capital a Pagar (c)	3.036	3.024
TOTAL	14.930	15.984

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo com previsão para pagamento em 31/01/2020.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

**15.3 Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições a recolher	1.385	1.189
TOTAL	1.385	1.189

**15.4 Diversas**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	901	755
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.833	2.296
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.283	2.583
Despesa de Pessoal	1.877	1.623
Água/Energia/Gás	31	1
Aluguéis	215	171
Comunicações	49	55
Promoções e Relações Públicas	5	13
Segurança e Vigilância	23	5
Manutenção e Conservação de Bens	8	3
Transporte	105	90
Seguro	13	20
Compensação	124	73
Seguros a Recolher	6	5
Seguros Prestamista	405	278
Provisão de Cartões a Pagar	219	147
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	13	-
Outras Despesas Administrativas	190	99
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	1.946	1.470
Credores Diversos - País	2.777	2.417
Pagamento a Processar	207	432
Cooperativa Central	242	255
Valores a Pagar Arrecadação	8	13
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	21	-
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	50	24
Cheques Depositados	1.837	572
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	102	40
Outros	310	1.081
TOTAL	11.740	9.521

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobranças concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por cobranças e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 63.299 mil (R\$ 52.464 mil em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

**16. Instrumentos financeiros**

O SICOOB SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

**17. Patrimônio líquido**

**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	172.126	149.779
Associados	50.965	40.033

**b) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**c) Reserva Estatutária**

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial do FIS	528	-
Constituição	374	528
(-) Utilização FIS	(280)	-
Saldo Final FIS	622	528

**d) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para aumento do capital social, no valor de R\$ 20.441.

**e) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	37.604	53.157
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(156)	(398)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	37.448	52.759
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(20.596)	(29.017)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.873)	(2.638)
Fundo de Investimento Social – 1%	(374)	(528)
Utilização do FIS	280	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	14.885	20.576

**18. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos**

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

	31/12/2019			31/12/2018		
Descrição	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	212.433	204.271	8.162	174.275	170.097	4.178
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(113.649)	(110.662)	(2.987)	(73.112)	(71.491)	(1.621)
Despesas (Dispêndios) operacionais proporcional a cada Ato	(59.752)	(56.161)	(3.591)	(48.128)	(45.847)	(2.281)
Resultado Operacional	39.032	37.448	1.584	53.035	52.759	276
Receita Não Operacional	120	-	120	275	-	275
Despesa Não Operacional	(1.548)	-	(1.548)	(153)	-	(153)
Resultado Não Operacional	(1.428)	-	(1.428)	122	-	122
Resultado do Período	37.604	37.448	156	53.157	52.759	398

**19. Provisão de Juros ao Capital**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 9.630 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedecem à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**20. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços**

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	4.941	4.192
Rendas Transações Intercreditos	1.527	991
Rendas de Cartões	1.612	175
Rendas de Convênios	423	348
Rendas de Serviços	1.290	1.101
Rendas de Tarifas	1.435	1.081

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2019 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Comissão com Venda de Consórcios	854	240
Comissão com Venda de Seguros	3.066	2.410
Rendas Recebidas do Bancoob	817	359
Outras Rendas de Prestação de Serviços	398	381
<b>TOTAL</b>	<b>16.363</b>	<b>11.278</b>

**21. Rendas (Ingressos) de Tarifas**

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	3.329	2.424
Rendas de Serviços Prioritários – PF	1.305	986
Rendas de Serviços Diferenciados – PJ	507	761
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	11.045	6.995
<b>TOTAL</b>	<b>16.186</b>	<b>11.166</b>

**22. Dispêndios/Despesas com Pessoal**

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de honorários	(1.720)	(1.660)
Despesas de pessoal - benefícios	(4.049)	(3.505)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(4.789)	(4.219)
Despesas de pessoal - proventos	(12.827)	(10.993)
Despesas de remuneração de estagiários	(386)	(302)
Despesas de pessoal - Outros	(4)	(2)
<b>Total</b>	<b>(23.775)</b>	<b>(20.681)</b>

**23. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas**

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.016)	(732)
Despesas de Aluguéis	(3.123)	(2.312)
Despesas de Comunicações	(1.127)	(1.108)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(339)	(258)
Despesas de Material	(585)	(418)
Despesas de Processamento de Dados	(5.047)	(3.778)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(817)	(377)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.174)	(881)
Despesas de Publicações	(24)	(13)
Despesas de Seguros	(60)	(32)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.017)	(4.947)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.418)	(1.933)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(2.599)	(2.084)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(703)	(496)
Despesas de Transporte	(1.287)	(957)
Despesas de Viagem no país	(472)	(378)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(670)	(659)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(2.628)	(2.490)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(461)	(302)
Outras Despesas Administrativas	(1.014)	(666)
Despesas de Amortização	(76)	(82)
Despesas de Depreciação	(2.190)	(1.637)
<b>Total</b>	<b>(33.847)</b>	<b>(26.540)</b>

**24. Outros Ingressos/rendas operacionais**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	848	392
Reversão Provisão Para Contingências	150	86
Rendas Juros Cartão de Crédito	3.089	2.325
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	408	320
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	1.382	301
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	1.404	1.018
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	-	922
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	-	19
Dividendos recebido do Bancoob	1.238	942
Rendas de Repasses Delcredere	282	999
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	137	97
<b>TOTAL</b>	<b>8.938</b>	<b>7.421</b>

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

**25. Outros dispêndios/despesas operacionais**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Descontos Concedidos	(216)	(542)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(1.222)	(880)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(90)	(87)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	(599)	(633)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	(874)	(146)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(2.935)	(1.755)
Outras Despesas Operacionais	(145)	(534)
Garantias Financeiras Prestadas	(477)	(296)
Contingências	(268)	(92)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.826)</b>	<b>(4.965)</b>

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação, Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob ES.

**26. Resultado não operacional**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	42
Ganhos de Capital	91	65
Reversão de Provisões não Operacionais	-	140
Outras Rendas não Operacionais	29	28
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(110)
(-) Perdas de Capital	(30)	(34)
(-) Desvalorização de Outros Valores e Bens	(1.504)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(14)	(9)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(1.428)</b>	<b>122</b>

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

**27. Partes Relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	9.361	0,58%	42
P.R. – Sem Vínculo de Grupo Econômico	21	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.382</b>	<b>0,58%</b>	<b>42</b>
Montante das Operações Passivas	9.309	1,84%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2019**

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3	-	0,04%

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	256	1	1,26%
Crédito Rural	3.180	16	3,36%
Empréstimo	486	2	0,12%
Financiamento	272	1	0,30%
Títulos Descontados	463	-	0,86%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	250	0,11%	-
Depósitos a Prazo	6.988	1,18%	80% a 100% do CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m.	PJ - 5,97% a.m. / PF - 6,97% a.m.
Conta garantida	5,97% a.m.	PJ - 5,97% a.m. / PF - 6,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,20% a.m. à 1,89% a.m.	1,16% a.m. à 3,50% a.m.
Empréstimos <sup>1</sup>	CDI + 0,40% a.m. à 1,26% a.m.	CDI + 0,40% a.m. à 4,50% a.m.
Renegociações	CDI + 0,60% a.m.	CDI + 0,24% a.m. à 4,00% a.m.
Crédito Rural - RPL	2% a.a.	12,68% a.a. à 24,99% a.a.
Crédito Rural - Repasses	-	2,50% a.a. à 10,50% a.a.
Aplicações financeiras – RDC <sup>2</sup>	80% a 100% do CDI	90% a 100% do CDI

<sup>1</sup> - Taxa aprovada pelo Comitê Executivo de Crédito em virtude das condições do mercado oferecida por outra instituição financeira.

<sup>2</sup> - Aplicação em conformidade com a tabela vigente na época.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	512
Crédito Rural	5.180
Empréstimo	1.056
Financiamento	725

e) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2019
Honorários e Cédula de Presença	1.515
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	57

**28. Cooperativa Central**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL - SICOOB SUL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SUL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL ES**:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	590.353	610.941
Títulos e Valores Mobiliários	2.819	6.453
Relações Interfinanceiras	559.939	586.221
Outros Valores e Bens	504	-
Investimentos	27.091	18.267
Passivo	26.527	20.328
Relações Interfinanceiras	8.195	12.513
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	18.090	7.560
Outras Obrigações	242	255
Receita	34.929	33.780
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	257	554
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	34.535	33.129
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	137	97
Despesa	7.158	6.144
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	1.595	1.899
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	2.628	2.490
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	2.935	1.755

**29. Gerenciamento de Risco**

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

**29.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

**29.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

**29.3 Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

**29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de risco.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2019 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

cooperativas.

**29.5 Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

**30. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**31. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	317.616	282.382
Margem de Compatibilização	222.482	200.763
Índice da Basileia	40,06%	41,52%
Margem de Imobilização	147.492	131.693

**32. Provisão para demandas judiciais**

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	2.192	2.192	2.148	2.148
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	165	223	225	184
Outros	640	107	462	107
<b>TOTAL</b>	<b>2.997</b>	<b>2.522</b>	<b>2.835</b>	<b>2.439</b>

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 520 mil.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 20 de janeiro de 2020.

**Luiz Fernando Bonandi**  
Diretor Executivo  
CPF: 761.768.197-68

**Ediene Maria Messias**  
Diretora Operacional  
CPF: 017.142.437-96

**Wanderson Vieira da Silveira**  
Contador CRC nº 016925/O-0-ES  
CPF: 099.673.817-79

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito Sul do Espírito Santo – SICOOB SUL

Cachoeiro do Itapemirim/ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Sul do Espírito Santo – SICOOB SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 29 de janeiro de 2020.



**Júlio César Toledo de Carvalho**  
Contador CRC MG - 69.261/O  
CNAI 1.953

**Felipe Rodrigues Beiral**  
Contador CRC MG - 90.766/O  
CNAI 2.994

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo - Sicoob Sul, pelos seus membros efetivos abaixo assinados, cumprindo as prerrogativas que lhe são inerentes, entre as quais, a de proceder a análise, fiscalização e conferência dos documentos contábeis e financeiros. Faz saber, que no exercício de sua função, com base no que determina o artigo 95 do Estatuto Social e após exame dos documentos que compõem o Balanço Patrimonial referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019, Notas Explicativas, Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis - CNAC e Relatório da Administração emite seu respectivo parecer. O Conselho Fiscal entende que as peças examinadas representam adequadamente em seus aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do Sicoob Sul. Observamos no Relatório da Administração um crescimento de 149, 10% na despesa de provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. A relação entre o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa frente as Despesas com Pessoal, outras Despesas Administrativas e Operacionais foi de 12,50% menor que o exercício anterior, fatores que contribuíram para a redução de Sobras Brutas em 24,01 % comparado com o exercício de 2018. Assim sendo, opina pela aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho Fiscal orienta que para o Exercício 2020, haja um monitoramento mais intensivo em relação a Estrutura de Gerenciamento de Riscos, Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 28 de fevereiro de 2020.

**Antônio Romário Senna**  
Coordenador do Conselho Fiscal

**Sandro Lovate Fardin**  
Conselheiro Fiscal Efetivo

**Alexandre Marques Dias**  
Conselheiro Fiscal Efetivo

**COOPERAÇÃO**  
é fazer parte de um grupo  
que cresce junto.

Somos feitos de  
**VALORES**

**#FeitosDeValores**

